

**BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA E A
DIFUSÃO LOCAL-REGIONAL NA
FRANJA PIONEIRA PAULISTA E
PARANAENSE (1943-1963)**

*BRADESCO: CAIPIRA ORIGIN AND
LOCAL-REGIONAL DIFFUSION IN
THE PIONEERING FRONT
PAULISTA AND PARANAENSE
(1943-1963)*

*BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA Y
DIFUSIÓN LOCAL-REGIONAL EN
LA FRANJA PIONERA PAULISTA E
PARANAENSE (1943-1963)*

Marcio Fernando Gomes
Universidade Federal de São Carlos
marciogomes@ufscar.br

Resumo:

Este artigo analisa a concentração do capital e a difusão local-regional do Bradesco, um pequeno banco caipira e de ideário disciplinar, pela franja pioneira paulista e paranaense, que passa de 6 agências em 1943 para 223 em 1963. A metodologia do ponto de vista: da natureza, refere-se a uma pesquisa básica; dos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa; dos procedimentos técnicos, privilegia-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental; da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa; enquanto método científico/teórico, refere-se ao materialismo histórico e dialético. Defende a hipótese de que o Banco, favorecido pela política de crédito estabelecida pelas Autoridades Monetárias, difundiu sua rede de agências pelo “território do café” para aproveitar a alta rentabilidade das transações bancárias dos pequenos e médios clientes numa escala local-regional que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade das atividades cafeeira e algodoeira, mas também industrial, comercial e de serviços num contexto de acelerado parcelamento dos municípios e de urbanização.

Palavras-chave: Bradesco, banco, café, franja pioneira.

Abstract:

This article analyses the concentration of capital and the local-regional diffusion of Bradesco, a small caipira bank with a disciplinary approach, through the pioneering front paulista and paranaense, which went from 6 agencies in 1943 to 223 in 1963. The methodology from the point of view of nature, refers to basic research; objectives, refers to explanatory research; technical procedures, favours bibliographical research and documentary research; approach to the problem, refers to qualitative research; as a scientific method, refers to historical and dialectical materialism. It defends the hypothesis that the Bank, favoured by the credit policy established by the Monetary Authorities, spread its network of agencies throughout the “territory of the coffee” to take advantage of the high profitability of banking transactions by small and medium-sized clients on a local-regional scale that presented extremely dynamic conditions, mainly with high rates of productivity and profitability of the coffee and cotton activities, but also industrial, commercial and services in context of accelerated parcelling of the municipalities and urbanization.

Keywords: Bradesco, bank, coffee, pioneer front.

Resumen:

Este artículo analiza la concentración de capital y la difusión local-regional de Bradesco, un pequeño banco caipira con enfoque disciplinar, a través de la franja pionera paulista y paranaense, que pasó de 6 sucursales en 1943 a 223 en 1963. La metodología desde el punto de vista de: naturaleza, se refiere a la investigación básica; objetivos, se refiere a la investigación explicativa; procedimientos técnicos, favorece la investigación bibliográfica y la investigación documental; planteamiento del problema, se refiere a la investigación cualitativa; como método científico, se refiere al materialismo histórico y dialéctico. Defiende la hipótesis de que el Banco, favorecido por la política crediticia establecida por las Autoridades Monetarias, extendió su red de sucursales por todo el “territorio del café” para aprovechar la alta rentabilidad de las transacciones bancarias de pequeños y medianos clientes a escala local-regional que presentaba condiciones extremadamente dinámicas, principalmente con altas tasas de productividad y rentabilidad en la actividades del café y algodón, pero también industrial, comercial y de servicios en un contexto de subdivisión acelerada de municipios y urbanización.

Palabras-clave: Bradesco, banco, café, franja pionera.

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

Introdução

Conforme Corrêa (1989; 1994), fazia-se necessário preencher a "lacuna" de um estudo sobre a "história geográfica" de um banco como o Banco Bradesco S/A - Bradesco. Essa lacuna seria preenchida através da análise do surgimento e evolução da rede de agências do Banco, ou seja, segundo Corrêa (1989, p. 31), abrangeria "[...] o processo de sua formação em um dado contexto espaço-temporal, as alianças e conflitos com outros agentes, suas estratégias e práticas espaciais [...]". Este trabalho procura contribuir para preencher parcialmente essa lacuna, ao mesmo tempo que busca contribuir para verificar e compreender a importância da territorialidade do Bradesco ao sistema bancário-financeiro brasileiro, além de observar a importância desse Banco durante os anos 1940 aos 1960, para o processo de interiorização do desenvolvimento econômico e regional do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná.

Neste artigo, procura-se analisar a primeira difusão territorial da rede de agências do Bradesco e o processo de concentração e centralização de capital bancário na franja pioneira paulista e paranaense, numa escala local-regional no período entre 1943 e 1963. Define-se esta parcela do espaço brasileiro como "território do café", uma vez que considerando o roteiro do café, Milliet (1982) identifica que, nas décadas de 1940 e 1950, a franja pioneira paulista e paranaense, principalmente nos municípios que eram tributários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, nas suas seções da Alta Paulista e da Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, constituía-se no território mais dinâmico do Brasil. A esta parcela acrescenta-se a franja pioneira paranaense, que abrange os municípios tributários da Estrada de Ferro Sorocabana, que a

partir do município de Ourinhos passa a se chamar Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.

Apresenta como hipótese que o Bradesco foi favorecido pela política de crédito estabelecida pelas Autoridades Monetárias, instituições incumbidas de administrar a política monetária no Brasil, e que difundiu sua rede de agências pelo “território do café” para aproveitar a alta rentabilidade das transações bancárias dos pequenos e médios clientes numa escala local-regional que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade das atividades cafeeira e algodoeira, mas também do setor secundário e terciário num contexto de acelerado parcelamento dos municípios e de urbanização.

Em outra perspectiva, analisa a evolução de matrizes e agências do Banco do Brasil, Bradesco e demais Bancos Comerciais, nos anos de 1946, 1952 e 1961, dividida em três áreas: a Região Sul; a Região Sudeste; e os outros estados. Desta análise verifica-se que a dispersão territorial das agências dos bancos orientou-se para regiões menos assistidas, por um lado, houve um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados nessas áreas e, por outro, houve um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Pressupostos teóricos e metodológicos

A metodologia do ponto de vista: da natureza, refere-se a uma pesquisa básica; dos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa; dos procedimentos técnicos, privilegia-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental; da abordagem do problema,

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

trata-se de uma pesquisa qualitativa; como método científico/teórico, refere-se ao materialismo histórico e dialético.

No que diz respeito especificamente aos materiais sobre o Bradesco esta pesquisa se baseou para além de dados e informações em periódicos, dissertações acadêmicas e livros, em materiais documentais históricos pesquisados no Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo – CEDOC e no Museu Histórico do Bradesco.

Com relação ao contexto do Sistema Bancário brasileiro e ao desenvolvimento econômico e regional do Brasil, especificamente do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, teve como referência pesquisa bibliográfica realizada em livros, dissertações e periódicos do período analisado, ou seja, entre as décadas de 1940 e 1960, particularmente na Revista Bancária Brasileira e no Boletim Paulista de Geografia, neste caso, com destaque para autores do período denominado de Geografia Clássica paulista e brasileira, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Nice Lecocq Müller, José Ribeiro de Araújo Filho, Pasquale Petrone, dentre outros. A Geografia Clássica paulista e brasileira refere-se ao historicismo, particularmente *lablacheano*, uma vez que se baseou na interpretação da Geografia Regional da época sobre o desenvolvimento econômico e regional da franja pioneira paulista e paranaense realizada pelos geógrafos franceses e seus discípulos brasileiros(as), os fundadores(as) da Geografia acadêmica brasileira que realizaram suas pesquisas no âmbito do método indutivo e empirismo, da observação e descrição da paisagem. No sentido da história do pensamento geográfico ressalta-se alguns conceitos-chave dos(as) autores(as) da Geografia Clássica, tais como: franja

pioneira; rosário de cidades; boca do sertão; ponta dos trilhos; binômio ferrovia-rodovia, dentre outros.

No que diz respeito, ao sistema bancário-financeiro, faz-se necessário destacar alguns geógrafos que pesquisaram ou suscitaram o mapeamento e a interpretação da temática bancária-financeira por meio da Geografia, entre eles: Pierre Monbeig; Jean Labasse; Roberto Lobato Corrêa; Leila C. Dias; Carlos Alberto Franco da Silva; e Milton Santos. A referência a estes autores será destacada ao longo da apresentação do texto.

Ancora-se ao método científico/teórico materialismo histórico-dialético, uma vez que se faz uma pesquisa histórica concreta da acumulação do capital e da difusão territorial da rede de agências do Bradesco a partir dos conceitos de concentração e centralização de capital desenvolvidos por Karl Marx na sua obra *O Capital*.

Este trabalho referencia-se na distinção que Marx (1980) faz dos conceitos de concentração e centralização de capital. No capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista, o autor faz uma análise da concentração do capital e diz que com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação do capital. Acrescenta que esses dois fatores na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente modificam a composição técnica do capital e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante. Para Marx (1980) a acumulação do capital é revelada, de um lado, por meio da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, marcada pela repulsão recíproca de muitos capitais individuais:

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

[...] Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita que não se confunde com a acumulação e a concentração [...] (Marx, 1980, 727).

Conforme Marx (1980, p. 728), a concorrência e o crédito são as duas maiores alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Ainda acrescenta que o aumento do tamanho dos estabelecimentos capitalistas individuais provoca uma transformação progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos socialmente combinados e cientificamente organizados.

Nessa perspectiva, Aglietta (1986), analisando a concentração e centralização do capital industrial, diz que:

[...] a concentración simple es, dentro del campo del valor, un hecho cuantitativo de acumulación desigual que conserva la autonomía de los capitalés, la centralización es una modificación cualitativa que remódelo la autonomía de los capitales y crea nuevas relaciones de competencia [...] (Aglietta, 1986, p. 195).

Lencioni (1991; 2015; 2017) diz que para compreender a dinâmica urbana, sobretudo da metrópole contemporânea, torna-se indispensável entendê-la a partir da distinção dos conceitos-chave de concentração e centralização do capital de Marx. O primeiro, de concentração, possibilita compreendê-la por imagens que indicam a sua concentração e dispersão, o aglomerado metropolitano conforma uma paisagem que se configura fragmentada; no caso de São Paulo, se no passado a concentração das atividades econômicas, sobretudo a industrial, estruturou o aglomerado metropolitano; a partir dos anos de 1990 é a dispersão industrial o elemento central da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, que conforma a metrópole desconcentrada por um raio de 150km a partir da capital. O segundo, de centralização, permite entender a gestão da administração e do controle do capital, que reafirmam a centralidade da metrópole, que combina em vários níveis e dimensões, uma rede de fluxos materiais e imateriais, considerada tanto sob a lógica topográfica, dos fluxos materiais, como sob a lógica topológica, dos fluxos virtuais, que alteram a noção de longe e perto, aproximando lugares distantes e distanciando lugares. Portanto, na metrópole contemporânea se realizam movimentos de concentração e de centralização socioespacial do capital e territorial.

Silva (1997) trata da dinâmica espacial dos bancos comerciais brasileiros enquanto instrumento de integração econômica do território, com uma análise empírica de um dos maiores bancos privados do país, o extinto Banco Nacional S/A. Com relação ao processo de concentração e centralização, Silva (1997) diz que:

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

[...] a corporação bancária não só apresenta um caráter concentracionista-centralizador também uma dinâmica expansionista que se manifesta na inexorável busca de ampliação dos lucros. Daí, surgem várias práticas com nítidas dimensões espaciais, como por exemplo, a difusão da rede de agências, incorporação de bancos menores, compra de ações de indústrias, investimentos no setor agropecuário etc. [...] (Silva, 1997, p. 19).

Conforme Silva (1997, p. 19-20), igualmente como ocorre com o processo de reprodução capitalista, a atividade bancária tem uma dimensão espacial. Nesse sentido, para absorver a maior parte da intermediação bancária, como empréstimos, deve concentrar nos lugares e regiões na qual a estrutura econômica seja dinâmica, ou seja, a expansão das agências bancárias acompanha o movimento do capital na formação das regiões produtivas, uma vez que há uma seleção na implementação das agências e os níveis de responsabilidade de cada uma delas são diferenciados, conforme o grau de difusão dos bancos nos espaços econômicos almejados e da relevância deles na criação, apropriação e circulação da mais-valia.

O desenvolvimento dos transportes e das comunicações tornam-se elementos centrais para superar obstáculos impostos pelo espaço e possibilitar a difusão do capital por todos os espaços produtivos.

Labasse (1954), por meio da interpretação da atuação e não coincidência dos bancos e das indústrias na região Lion na França, argumenta sobre a constatação das influências que os capitais lioneses exerceram sobre as atividades industriais e rurais no interior do seu raio de atuação, bem como apresenta a articulação dos lugares e regiões que compõem o espaço nacional, por meio da relação entre atividade bancária e o desenvolvimento dos transportes e das comunicações mostra a relação entre a difusão

dos bancos e o desenvolvimento da rede ferroviária na França. Nesta perspectiva, Labasse (1974) diz que a localização geográfica dos bancos acompanha o desenvolvimento do capitalismo em determinados espaços.

Monbeig (1998) revela a contribuição das redes ferroviárias sobre a organização espacial, e suscita considerarmos a contribuição da intermediação bancária para compreendermos a dinâmica das frentes pioneiras paulista. Monbeig (1957) afirma ainda que os fatores financeiros interessam ao geógrafo nas suas relações com os demais fatores humanos, físicos e biológicos:

[...] Concedendo-se aos fatores financeiros o seu justo lugar na pesquisa geográfica, esta alargará seus horizontes, porque se aproximará mais da realidade viva, cambiante e complexa. A geografia não pode contentar-se com descrever a paisagem concreta; ela procura compreender e reconstituir o mecanismo que conduz à formação da paisagem e provoca a sua evolução. Nem todos os elementos desse mecanismo são visíveis aos nossos olhos, mas se acham à disposição da nossa curiosidade crítica [...] (Monbeig, 1957, p. 236).

Monbeig (1957, p. 222) diz que as facilidades de crédito e os métodos adotados pelos bancos para atender a particularidade local contribuíram para a expansão de certas culturas. Ao mesmo tempo que exerceram uma ação direta sobre a vida rural brasileira, ou seja, os bancos tornaram-se agentes da expansão do desenvolvimento regional brasileiro.

Conforme Silva (1997, p. 12), no atual estágio do capitalismo, a natureza multifuncional e multilocalizada da corporação reflete uma divisão territorial do trabalho de uma dada região ou país. Silva (1997, p. 13) diz que a análise das espacialidades de uma corporação diante do processo de integração

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

econômica de um país, remete-nos às noções de rede, gestão do território e difusão espacial.

A espacialização da conglomeração de uma empresa pode ser analisada por meio do modelo de crescimento de corporação apresentado por Hakanson (1979 *apud* Silva, 1997, p. 13), o qual considera quatro estágios de crescimento: penetração de seus produtos no mercado imediato; desenvolvimento de novos produtos; procura de novos mercados; e, por fim, diversificação da produção combinada com novos mercados. Por outro, pode ser analisada por meio dos padrões de difusão espacial evidenciados por Hagerstrand (1952 *apud* Silva, 1997, p. 14), tais como a difusão: por contágio; por realocação; e, por hierarquia. Por último, pode-se recorrer às práticas espaciais, identificadas por Corrêa (1992 *apud* Silva, 1997, p. 16), ou seja, a estratégias que constituem o processo de gestão territorial da corporação e a sua territorialidade, tais como: seletividade espacial; fragmentação espacial; remembramento espacial; antecipação espacial; e a marginalização espacial. Corrêa (1989) conceitua gestão do território como ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos no sentido de apropriar-se de um território e controlar a sua organização socioespacial.

Corrêa (1989, p. 17), correlacionando o tema concentração bancária e gestão do território, procurou analisar “[...] a ampliação, redução ou eliminação do papel dos centros urbanos na gestão do território a partir da concentração dos bancos comerciais que ocorreu no país, especialmente a partir da década de 60 [...]”. No entendimento do autor, a gestão do território na realidade capitalista deriva significativamente dos interesses das grandes corporações multinacionais e multilocalizadas, entre elas empresas do setor financeiro.

Corrêa (1994, p. 163) diz que a circulação de capital no espaço financeiro se relaciona ao processo de acumulação de capital e à reprodução social geral. Considerando as escalas espaciais de análise do setor financeiro, identifica-se o processo de concentração-dispersão dos bancos e a relevância de São Paulo. Neste sentido, a partir dos anos de 1940, verificou-se uma enorme expansão do sistema bancário nacional, num primeiro momento, pela criação de muitos pequenos bancos com atuação geográfica local e, posteriormente, pela incorporação e fusão de outros bancos, sobretudo a partir da Reforma Financeira realizada entre 1964 e 1967; por outro, verificou-se a expansão das agências. Segundo Corrêa (1994, p. 164): “[...]Em 1941 cada banco controlava 2,2 agências; em 1985, em média, cada banco controlava 167,4 agências. Passa-se do pequeno banco local para o grande banco nacional [...]”.

Silva (1997, p. 16) ressalta que o território da corporação reflete e é condição do processo de integração econômica de um país, visto que o desenvolvimento do capitalismo em escalas nacional e internacional se associa a uma apropriação de certas parcelas do espaço por um grupo social interessado na reprodução ampliada do seu capital. Por outro, diz que a difusão espacial da corporação não prescinde da existência de redes.

Segundo Dias (1995a; 1995b) houve um obscurecimento do conceito de rede ao longo das décadas de sessenta, setenta e oitenta do século XX, mas o seu retorno se relacionaria ao fato da instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação que emergiram num contexto da produção de novas complexidades no processo histórico. Conforme Dias (1995b, p. 150), os bancos “[...] são doravante um elemento-chave de integração do território e de

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

articulação deste mesmo território à economia internacional [...]”. Segundo Santos (1997, p. 214-215) a noção de rede tratando-se dos aspectos financeiros torna-se cada vez mais redes globais: “[...] a forma mais acabada e eficaz de rede é dada pela atividade financeira [...] graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado. A noção de rede global se impõe nesta fase da história [...]”.

Resultados e discussão

Origem caipira e o ideário disciplinar

Este segmento torna-se necessário, uma vez que o Bradesco se destaca como uma das maiores organizações do Brasil. E a relação capital-trabalho no cotidiano organizacional se fundamenta na origem caipira e no ideário disciplinar construído ao longo da história do Banco.

Conforme Segnini (1988) o sistema de poder articulado pelas organizações é dialético em relação ao contexto social no qual se insere; portanto, a análise de como se estrutura o poder disciplinar na organização Bradesco é significativo para compreensão das formas de controle e exploração do trabalho da sociedade brasileira, uma vez que são capazes de garantir a docilidade e a utilidade da força de trabalho que a disciplina. Os instrumentos utilizados na formação da força de trabalho disciplinada, ou seja, no processo de educação para o trabalho, a seleção e o treinamento de pessoal são mobilizados de acordo com os objetivos e ideário organizacionais. Neste sentido, são criados normas e regulamentos, a Declaração de Princípios e a vigilância hierárquica como mecanismos de poder que disciplinam as relações

de produção desenvolvidas no interior da organização, que objetivam a dedicação e maximização do trabalho bancário e, conseqüentemente, a lucratividade.

Desta forma, apresenta-se a origem caipira do seu fundador e o ideário disciplinar do Bradesco, uma vez que contribuiu para a sua transformação no maior banco e na maior rede de agências privadas do Brasil.

O Bradesco fundado em 10 de março de 1943, na cidade de Marília, SP, como muitos outros bancos daquela época, se originou a partir da transformação de uma casa bancária. A Casa Bancária Almeida, de propriedade de José Galdino de Almeida, rico fazendeiro, tem a sua origem numa pequena firma que negociava arroz. Essa firma prosperou e, em março de 1934, tornou-se uma modesta casa bancária, segundo Pegaia (1965):

[...] com o reduzido capital de vinte contos de réis realizados, e vinte contos a realizar. O pequeno estabelecimento foi crescendo e, em 4 de fevereiro de 1943, estava transformado em banco, já então com o capital realizado de 10 milhões de cruzeiros [...] (Pegaia, 1965, p. 79).

Conforme Revista do Museu Histórico Bradesco (1993), a localização das suas agências atingia a escala local-regional da Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, compreendendo seis agências: Gália, Garça, Pompéia, Rancharia, Tupã e Vera Cruz.

As relações de poder do Bradesco se estruturaram em princípios, que por sua vez surgiram a partir da correlação de uma origem caipira e de um ideário disciplinar ao trabalho. Conforme Segnini (1988), o suporte deste ideário disciplinar está constituído na Declaração de Princípios da Organização Bradesco. No momento nos cabe perguntar: por que essas relações de poder se estruturam

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

nessa origem caipira e nesse ideário disciplinar ao trabalho? A resposta parece estar na biografia de um dos seus fundadores, Amador Aguiar, que dois dias antes da fundação do Bradesco deixou a subdireção regional do Banco Noroeste S/A, em Lins-SP, para ser contratado como diretor gerente. Aguiar - de origem caipira - converteu-se à Igreja Presbiteriana, adotando a religião de sua mulher:

[...] ‘Tornei-me presbiteriano por curiosidade’, ele afirmava, e embora diga que não, a prática do protestantismo influiu, ponderavelmente, na sua vida de banqueiro. Ainda hoje, todos os papéis do Bradesco trazem impresso o lema ‘Nós confiamos em Deus’. O funcionário precisa praticar alguma religião para ser admitido em qualquer empresa do grupo. Tudo isso se reflete na rigorosa disciplina da Organização e, sem dúvida, no nome dado à sua sede, a Cidade de Deus, em Osasco (Revista Exame, 1973, p. 23).

Aguiar procurou construir o Bradesco à sua imagem e semelhança, justificando o crescimento do Banco com máximas que representavam este ideário disciplinar. Conforme Revista Exame (1973, p. 21), Aguiar dizia que “[...] só o trabalho pode produzir riqueza [...]” e que “[...] não existirá banco sem clientes [...]”. Nesse sentido, justificava o bom atendimento ao cliente e a dedicação ao trabalho bancário. Aguiar se tornou um diretor diferenciado pelos empréstimos aos agricultores.

[...] ao pressentir o *rush* do café no norte do Paraná, propôs à sua matriz que desse empréstimos aos agricultores da região vizinha, sem garantia, até a primeira colheita. ‘Idéia Absurda’, foi a resposta. ‘Imagine o prejuízo, se vier uma geada’. A idéia não era absurda e o Bradesco utilizou-a mais tarde (Revista Exame, 1973, p. 21).

Na Região de Marília, ou seja, na franja pioneira paulista, crescia o volume de gêneros negociados e dos produtos transformados. Isso fez com que surgisse a necessidade de bancos para intermediar as transações desses negócios. Dessa maneira, foram abertas diversas sucursais dos principais estabelecimentos bancários do município de São Paulo. Entretanto, um:

[...] grande negócio parece ser exclusivamente originário da 'franja pioneira': o Banco Brasileiro de Descontos, fundado em Marília em 1943, com o capital de Cr\$ 10 milhões, elevado a 40 milhões em 1946. Trabalham, ao mesmo tempo, na praça de Santos os seus fundadores, todos habitantes de Marília. Puderam eles montar agências em muitas cidades da 'franja pioneira', controlar fiações de seda em Marília, em outras cidades da Alta Paulista e até da Alta Sorocabana. Único, sem dúvida, é o exemplo; todavia, dá a medida do surto da Alta Paulista, mostrando ao mesmo tempo como as cidades, capitais pioneiras, completam sua influência comercial pela função bancária. Assim como os novos meios de circulação ajudaram as antigas bocas de sertão a resistirem com êxito às suas jovens concorrentes, assim também as circunstâncias monetárias, propícias ao comércio do dinheiro, vieram reforçar a atividade das cidades mais antigas da 'franja pioneira', o que lhes permite firmar e estender sua influência [...] (Monbeig, 1998, p. 367).

Conforme a Revista Exame (1973, p. 22-24), o Banco Brasileiro de Descontos S/A, à medida que crescia, sofria a hostilidade dos banqueiros da capital, que viam nele um “[...] banquinho de caipiras. Daí o trocadilho: ‘Banco Brasileiro dos Dez Contos, se há’ [...]”. De certa forma, a característica principal do banco estava na carteira agrícola que democratizava “[...] o crédito para os sitiantes e fazendeiros, numa época em que os grandes

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

bancos não gostavam de emprestar dinheiro a pequenos depositantes [...]”. Com relação à origem caipira do Bradesco, Aguiar diz que dava atenção as atividades do interior, “[...] relacionados com a agricultura, a pecuária etc. Talvez essa filosofia seja consequência das origens tanto do banco como de seus dirigentes [...]”.

A síntese da referida origem caipira e do ideário disciplinar está expressa em símbolos e monumentos, que são expostos com destaque na matriz do Bradesco, na Cidade de Deus, em Osasco, Estado de São Paulo. Nos jardins do edifício central da matriz do Bradesco, encontramos uma locomotiva maria-fumaça, velha musa do “Trenzinho Caipira” de Villa Lobos, representando uma locomotiva pioneira que transportava a produção cafeeira e algodoeira do “território do café”. No mesmo jardim encontramos também um burrico de bronze, arqueado sob o peso bem distribuído de dois balaios de mascate, que representa a dedicação e obediência ao trabalho. Amador Aguiar (1970, n. p.), fundador e presidente do Bradesco, procurando explicar tais monumentos declara: “[...] São dois monumentos ao trabalho; ao trabalho pesado de sol a sol, que tudo faz e tudo pode [...]”. O fundador, justificando o crescimento do Banco, sempre expressava uma máxima que representava este ideário disciplinar: “Só o trabalho pode produzir riquezas”. Além de declará-la, Aguiar mandou imprimi-la em diversos impressos internos do Banco e mandou pintá-la, em letras garrafais, no edifício principal da Cidade de Deus, matriz do Banco.

Desenvolvimento econômico e regional brasileiro

Segundo Tavares (1973, p. 110), o modelo de desenvolvimento econômico e regional no período entre 1940 e 1960, conduziu a economia brasileira, juntamente com a América Latina, a um tipo de economia dual. Essa dualidade, do ponto de vista da estrutura, por um lado, pode ser caracterizada pela existência de um setor capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade e, por outro, por um setor subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, para Tavares (1973, p. 62) houve um esforço apreciável de substituição de importações realizado por quase todas as indústrias de transformação. Esse esforço pode ser verificado considerando que o coeficiente médio de importações (sobre a oferta total) de produtos industriais caiu de cerca de 16% em 1949 para menos de 10% em 1961. Isso resultou em mudanças significativas na estrutura produtiva e na correspondente estrutura de importações.

Apesar de uma relativa elevação da taxa de crescimento econômico brasileira, ao mesmo tempo que uma diversificação no setor industrial, o processo de desenvolvimento econômico aconteceu de uma forma desequilibrada em três níveis convergentes: setorial, social e regional.

Com relação ao nível setorial, conforme Tavares (1977, p. 103-104), verifica-se que os maiores investimentos concentraram no setor secundário, principalmente nas indústrias de transformação. O setor terciário também se beneficiou com uma série de investimentos de infraestrutura, em transportes e energia, mas

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

teve uma taxa de crescimento moderado no pós-guerra, sobretudo em alguns setores de serviços e da Administração Pública. O setor primário, apesar de ter apresentado uma taxa de expansão razoável, sobretudo na década seguinte a II Guerra Mundial, permaneceu, ao menos em termos globais, com a sua estrutura inalterada. Esse aumento da agricultura deveu-se, não tanto ao aumento dos rendimentos médios e inovações tecnológicas, mas sim, devido à incorporação de novas áreas, principalmente da Região Centro-Oeste, cujo objetivo era abastecer os crescentes mercados urbanos que surgiram a partir de então.

Quanto ao nível social, Oliveira (1977, p. 40) diz que se tornou evidente que a expansão da economia brasileira trouxe mudanças na divisão do trabalho entre as diferentes regiões que compõem o Brasil, além do que esse processo global envolveu uma outra diferenciação social do trabalho, ou seja, crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias, substituição de atividades artesanais por fabris, criação de novos tipos de serviços.

No que diz respeito ao nível regional, Oliveira (1977, p. 49-55), ao analisar a divisão regional do trabalho no Brasil no período entre 1947 e 1968, diz que houve mudanças significativas e apresenta algumas hipóteses. Primeiramente, diz que houve uma 'divisão inter-regional do trabalho' no Brasil, decorrente do processo de industrialização da Região Sudeste, a região mais industrializada do País. Essa região foi ocupando a centralidade desse processo, ao mesmo tempo que foi havendo o incremento dos meios de comunicação e transportes. Em segundo, diz que as Regiões Nordeste e o Sul tornaram-se mais exportadoras regionais de produtos agrícolas e mais importadoras de produtos

industrializados da Região Sudeste. Essa hipótese pode ser comprovada pelo crescimento do setor primário em detrimento do setor secundário dessas regiões. Em terceiro, diz que o caso da Região Norte é diferente, aparentemente não foi afetado por essa redivisão do trabalho, e continuava isolada do mercado interno. Isso ocorreu talvez porque havia a dificuldade de comunicações e transportes e porque a Região Norte exportava grande parte dos seus produtos sem passar pelo Sudeste, ou seja, sem a dependência da economia dessa região. Em quarto, diz que a Região Centro-Oeste representava uma extensão da Região Sudeste e com isto apresentava uma modalidade de crescimento distinta das demais regiões dependentes. O setor primário se expandia para além do Rio Paraná, principalmente no Mato Grosso e Goiás, face às necessidades da demanda por bens primários da Região Sudeste. Isso pode ser observado pelo crescimento deste setor na Região Centro-Oeste. Portanto, o Brasil caminhava para uma economia regional mediada pela centralidade industrial da Região Sudeste, principalmente da cidade de São Paulo, tendo como perspectiva a transformação de uma economia nacional formada pelas antigas e várias economias regionais em uma economia nacional localizada em diversas partes do território, integrada a partir dos grandes investimentos em meios de comunicação e transportes.

Durante o período entre 1940 e 1960, o sistema bancário brasileiro também é direcionado pela perspectiva da transformação dos bancos de atuação regional em bancos de atuação nacional. Nesse sentido, entram em discussão e são estabelecidas algumas leis, cujo objetivo final era a formação de grandes bancos nacionais, que tivessem condições de mediar as transações que esse novo modelo de desenvolvimento regional exigia. É dessa maneira que

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

essa discussão da macroeconomia e do desenvolvimento regional brasileiro se insere na discussão da difusão territorial e no crescimento do capital do Banco Bradesco S/A, assim reciprocamente

Durante a primeira metade do século XX, o sistema bancário-financeiro brasileiro apresentava características tradicionais, pois financiava a produção agrícola e o comércio. Conforme Castro (1981, p. 7), não estava em condições de assumir os encargos da condução de um rápido processo de industrialização no qual o Brasil passava naquele momento.

Segundo Tavares (1975), o processo de industrialização do Brasil, no período entre 1930 e 1955, foi restringido. Conforme Negri (1975, p. 75), a denominação de industrialização restringida para esse período deve-se porque a reprodução ampliada do capital produtivo dependia do setor de exportação para produzir divisas para importações dos bens de produção: bens de capital e bens intermediários. Segundo, Cardoso de Mello:

[...] a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção [...] (Cardoso de Mello, 1982, p. 110).

Neste contexto, verifica-se que a organização do crédito no Brasil era insuficiente para atender à necessidade dos produtores e empresários brasileiros. As Autoridades Monetárias eram incumbidas de administrar a política monetária no Brasil e constituíam-se a partir de três instituições: a Carteira de Redescontos (CARED); a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Conforme

Mendes (1988, p. 11), a CARED funcionou de 1932 a 1964 e operava como “emprestador de última instância aos bancos comerciais, pois como a rede bancária era ainda muito incipiente ocorriam frequentes problemas sazonais de liquidez”.

Esses problemas sazonais de liquidez sempre foram considerados, pelas Autoridades Monetárias, como uma das razões para justificar a política de incentivos ao processo de centralização bancária, aliás iniciado nesta época. Nos anos de 1940, a SUMOC, juntamente com o Banco do Brasil, fazia o papel do Banco Central, pois não tínhamos este órgão no sistema financeiro brasileiro. Para procurar melhorar este sistema houve, nesse período, toda uma discussão na imprensa especializada e no Congresso Nacional para a implantação de uma organização bancário-financeira mais eficiente, sobressaindo a discussão da implantação do Banco Central do Brasil.

Desenvolvimento regional da franja pioneira paulista

Com relação à interiorização do desenvolvimento regional e econômico no Estado de São Paulo, conforme SEADE (1988), o café tornou-se a matriz do sistema urbano paulista criando as condições para uma acumulação capitalista diversificada, tais como: estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade etc. Analisando os dados do Censo Econômico de 1940 dos principais municípios do Estado de São Paulo verifica-se que os estabelecimentos comerciais e industriais estavam disseminados por todo o Estado. Ao focarmos a análise nos principais municípios da franja pioneira observa-se o quão providos dessas empresas estava esse território, tanto de

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

empresas que atuavam no comércio a varejo e atacado, bem como de estabelecimentos industriais.

Como apontado, Milliet (1982) identifica que nas décadas de 1940 e 1950, a franja pioneira paulista constituiu-se o território mais dinâmico do Brasil. Nessa perspectiva, segundo Araújo Filho (1956), por solos virgens e de melhor qualidade, conhecidos como terra roxa, surgiram nos espigões do Planalto Ocidental, milhões de cafeeiros, logo seguidos por novos rosários de cidades.

Por consequência da crise de 1929 houve uma queda da participação do café nas exportações do Brasil. Conforme Lencioni (1985), em 1940, 70,76% dos produtos exportados diziam respeito a uma diversidade de mercadorias. Entretanto, segundo Tavares (1973), a participação do café no volume das exportações volta a crescer com o final da II Guerra Mundial, pois o total das exportações passou de pouco mais de 1/3 em 1947 para 2/3 em 1953.

Conforme Prado Junior (1974), o Governo Federal incentivou o desenvolvimento da cotonicultura como forma de buscar alternativas para corrigir o profundo desequilíbrio e *déficit* das contas externas do país. Segundo Rohwdder (1944), a cotonicultura se expande no território paulista, tornando o algodão o segundo produto mais negociado na franja pioneira e na pauta da balança de exportações brasileira.

Uma das condições que fizeram com que o Bradesco difundisse a sua rede de agências pela franja pioneira paulista e paranaense foi o desenvolvimento da pequena propriedade rural nesse território, pois o Banco foi um grande intermediário dos pequenos e médios sítiantes. O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo estava intimamente ligado ao expressivo desenvolvimento e ao surgimento das inúmeras cidades

novas ao longo das ferrovias e que são denominadas rosário de cidades. Deffontaines diz:

[...] Mas a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a ponta de trilho, que desemboca na região nova e constitui uma porta pioneira, é a bôca do sertão, a bôca sobre as regiões vazias [...] (Deffontaines, 1944 *apud* Petrone, 1956, p. 67).

O desenvolvimento de uma cidade 'boca do sertão' estava associado ao 'binômio ferrovia-rodovias', pois o território, além da estação terminal da estrada de ferro, somente poderia ser alcançado a partir de estradas de rodagens, que captavam toda a produção, ao mesmo tempo que essa cidade servia de centro de negócios e de compras. Conforme IBGE (1954), o fato da cidade de Marília ter sido 'boca do sertão' por sete anos, além de ter sido um exemplo clássico do 'binômio ferrovia-rodovia', contribuiu para que o município se tornasse um importante e dinâmico polo regional deste território. A relevância de demonstrar a importância das 'bocas do sertão' ou 'ponta dos trilhos', primeiramente é porque o Bradesco difundiu sua rede de agências, em grande parte, em cidades que receberam essas denominações. Nessa perspectiva, considerando as informações da inauguração das estações ferroviárias da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, na sua seção a oeste de Bauru até Pompéia, e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir da estação de Pirajuí até Campo Grande-MS, verifica-se que de um total de 22 cidades que tiveram uma estação ferroviária, no período entre 1910 e 1937, o Bradesco, no ano de 1947, já havia aberto agências em 17 dessas cidades.

Procura-se estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da pequena propriedade e o desenvolvimento

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

urbano dessas cidades. Milliet (1982, p. 69) diz que o aumento contínuo do número de pequenas propriedades, no Estado de São Paulo, tem uma possível relação entre a marcha do café para o Oeste e o fracionamento do grande latifúndio. Monbeig (1998, p. 346), analisando as cidades dos planaltos e os fatores de crescimento, aponta a seguinte questão: se as cidades da franja pioneira possuíam as mesmas condições geográficas por que umas prosperavam e outras paravam de crescer? Respondendo a sua própria questão, considera que os municípios que possuíam uma parte considerável do seu território loteado para pequenos proprietários ou pequenos cultivadores possuíam conseqüentemente maior número de habitantes, os quais faziam com que as cidades também prosperassem. Aponta o caso da diferente evolução de Lins e Cafelândia, ambas vizinhas e ambas nascidas no momento da construção da Estrada de Ferro da Noroeste. Assim, afirma que o desenvolvimento da primeira se deveu ao parcelamento da propriedade rural e que a estagnação da segunda tinha raízes no pequeno número de grandes propriedades rurais. Ainda é importante ressaltar que o autor exemplifica o caso de Marília, cidade na qual se originou o Bradesco, ter se tornado um polo regional pelo fato de possuir um enorme parcelamento de propriedades rurais.

Monbeig (1998, p. 346-347) diz que, no período entre 1938-1946, houve um aumento muito expressivo do número de habitantes de certas cidades, ao mesmo tempo que se multiplicavam os sítios. Dessa maneira, acredita-se poder considerar que a dinâmica do desenvolvimento econômico e regional dos municípios da franja pioneira paulista está intimamente ligada ao desenvolvimento da pequena propriedade.

O desenvolvimento econômico e regional da franja pioneira apresentava-se, durante o segundo quartel do século XX, extremamente dinâmico sobretudo no setor primário da economia, principalmente na atividade cafeeira e algodoeira. Entretanto, não somente essas atividades apresentavam bons índices de crescimento e desenvolvimento, mas também os setores secundário e terciário da economia, pois as atividades industriais e comerciais se desenvolviam amplamente. A economia agrícola mercantil se diversificava, bem como a indústria leve avançou o processo de urbanização, entendido como reestruturação das relações entre campo e cidade.

No entanto, o desenvolvimento desses dois eixos da economia divergia quanto a sua espacialização pelo território:

[...] a agricultura mercantil diversificada ensejou uma urbanização atomizada, espalhada pelo território, diversamente da indústria, que selecionava polos, (...) a indústria se apropriou da rede urbana produzida pela e para a economia cafeeira e reforçou a polarização de certos núcleos originais do próprio complexo cafeeiro [...] (Coleção Economia Paulista, 1988, p. 14).

Nessa perspectiva, também busca-se considerar que o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola na Região de Marília, bem como do desenvolvimento dos setores secundários e terciários surgidos a partir da atividade cafeicultora e algodoeira, contribuíram para o desenvolvimento e difusão da rede de agências do Bradesco nesta região.

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

Desenvolvimento regional da franja pioneira paranaense

Juntamente com a análise do desenvolvimento econômico e regional do Estado de São Paulo, por dois motivos, faz-se necessário analisar também o desenvolvimento econômico e regional do Norte do Estado do Paraná. Primeiramente, porque ao analisar a difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A no período compreendido entre 1943 e 1963 verifica-se que o Banco havia difundido uma série de agências nessa região, atingindo, em 1950, 20% do total da rede. Por outro lado, observa-se que o Norte do Estado do Paraná, durante esse período com o avanço da franja pioneira, tornou-se uma espécie de continuidade do território paulista.

O desenvolvimento do Estado do Paraná acontecia em três regiões bem delimitadas: Curitiba, Ponta Grossa e Londrina; situando-se, respectivamente, em cada uma das três grandes regiões naturais conhecidas como primeiro, segundo e terceiro planalto paranaense. Entretanto, segundo Santos (1956, p. 57), a área de influência dessas capitais regionais não coincide com os limites das regiões naturais a que pertencem. No Norte do Estado do Paraná o desenvolvimento econômico aconteceu a partir do transbordamento da atividade cafeeira do Estado de São Paulo, segundo Müller (1956, p. 55): “[...] é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense [...]”.

A Estrada de Ferro Sorocabana, a partir do ‘binômio ferrovia-rodovia, fez surgir novos núcleos, as ‘bocas do sertão’ ou ‘pontas de trilhos’. A partir de Ourinhos, dando continuidade a marcha para o Norte do Paraná, a Estrada de Ferro Sorocabana passa a se chamar Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Os trilhos

dessa estrada de ferro atingem as cidades de Cambará, Bandeirantes e Londrina, respectivamente em 1925, 1930 e 1935.

Na Região Norte do Estado do Paraná, a cultura do café estava muitíssimo dinâmica, sobretudo devido à atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná que vendia pequenas e médias propriedades de café para pequenos sitiantes. De uma maneira mais intensa do que aconteceu no Estado de São Paulo, no Norte do Estado do Paraná os empreendimentos colonizadores deram origem a uma série de núcleos, os quais posteriormente tornaram-se cidades bem estruturadas. Nessa perspectiva, segundo Müller (1956, p. 77), formou-se “[...] a Paraná Plantations Co. que (...), desdobrou-se em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, que trataria da colonização, e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná [...]”. Essa Companhia, de capital inglês, escolheu um lugar para construir sua sede e da área por ela colonizada. Assim, em julho de 1929 foi fundado o núcleo de Londrina. A partir daí, no ano de 1933, começou a implantação dos loteamentos, seguindo planos pré-determinados. Acompanhando o loteamento, progrediu a estrada de ferro que foi atingindo sucessivamente Jataizinho (1931), Londrina (1935), Apucarana (1937) e Maringá. Ressalta-se que outras companhias, seguindo a principal delas, a Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciaram suas atividades na região. Dessa maneira, em 1931, foi fundada a colônia de Assaí, pertencente a uma companhia japonesa, a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Essa colônia, seguindo a tradição japonesa, embora grande produtora de café, dedicava-se à policultura. Conforme Santos (1956, p. 57-59), Londrina, nos anos 1950, tornou-se a capital regional do terceiro planalto paranaense e

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

despertou nas autoridades paranaenses a perspectiva de captar esses rendimentos econômicos para Curitiba.

Política de crédito na franja pioneira paulista e paranaense

Conforme Monbeig (1957), um fato que explica a expansão dos bancos na região da franja pioneira paulista e paranaense é a correlação entre a situação financeira do sitiante pioneiro e a política de crédito, pois não somente os bancos cobravam juros altos para conceder créditos aos sítiantes, mas também estes eram cerceados por negociantes que lhes concediam empréstimos aplicando-lhes a agiotagem. Assim, diz que seria

[...] mister talvez lembrar as necessidades financeiras do sitiante e a organização do crédito agrícola para subvencionar essas necessidades (...). Quando se vem a saber que em algumas regiões, que são as mais pobres e, tecnicamente, as menos evoluídas de São Paulo, todas as colheitas são compradas por um único negociante e todo crédito depende desse mesmo único negociante, compreende-se melhor a situação (Monbeig, 1957, p. 219).

Conforme Revista do Bradesco, naquele contexto:

[...] forrado de terras roxas, onde o café fazia brotar fortunas e cidades num clima de oeste americano, o Banco duplicava os depósitos a cada mês. Foi a fase de sedimentação das raízes rurais, semeadas na região de Marília, e da aposta para valer na clientela, o que aliás deu muito certo [...] (Revista do Bradesco, 1993, n.p.).

Antonio Bornia, Vice-Presidente Executivo da Área Internacional e de Operações do Bradesco, declarou: “[...] O Banco

acreditava nos colonos e liberava o crédito na base da confiança, sem exigir cadastro ou coisa parecida. (...) Nosso pessoal não media esforço para chegar na frente [...]”. O Banco: “[...] surpreendeu todo mundo procurando conquistar não os barões da terra, mas o cliente comum, fosse ele um colono italiano, um comerciante de cereais ou um simples funcionário público [...]”. Na região de Marília havia 14 bancos que disputavam uma clientela de elite inexistente. Assim, segundo a Revista Bradesco:

[...] A força de trabalho era predominantemente de imigrantes japoneses – 63,39% dos trabalhadores, de acordo com o censo de 1950 –, que vendiam a produção de algodão em caroço para empresas do porte de Anderson Clayton, Matarazzo e Swift [...] (Revista do Bradesco, 1993, n.p.).

Num contexto em que o Brasil era um arquipélago agrário com ilhas geoeconômicas incomunicáveis, o Banco se tornou uma empresa de intermediação comercial. Conforme a Revista do Bradesco:

[...] Do remédio ao trigo, das peças de reposição ao combustível era possível encomendar nas suas Agências. Ao funcionar como se fosse um empório aos agricultores, somou também os comerciantes e as prefeituras entre o seu crescente número de clientes [...] (Revista do Bradesco, 1993, n.p.).

Segundo Prado Jr (1974, p. 297), durante os anos 1930 e 1940, como consequência dos *déficits* do balanço de pagamentos, os empresários brasileiros tiveram sérias dificuldades para conseguir financiamento dos credores estrangeiros. Desse modo, com o crédito reduzido surgiram margem para a especulação, agiotagem e,

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

consequentemente, juros altos, prejudicando sobretudo os pequenos agricultores:

[...] os capitais postos à disposição das necessidades agrícolas não atingem nem a 1/5 do reclamado pelas emergências. Dessa deficiência resulta a predominância da afilhadagem, do favoritismo, do pistolão, nem sempre em proveito do mais precisado ou do que mais garantias ofereceu, permitindo a expansão da agiotagem sem alma e sem escrúpulos que aflige a vida dos pequenos lavradores (Machado, 1948, p. 35).

O caso do algodão serve consideravelmente para esclarecer este fato de agiotagem para os pequenos produtores. Segundo Mont'Alegre (1949), no ano de 1945, o maior volume de créditos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foi destinado ao algodão em pluma, ou seja, enquanto este recebeu 2.115.579,00, o algodão puro recebeu 142.922,00 milhares de cruzeiros. O problema da agiotagem e o encarecimento do crédito está no fato de que o algodão em pluma é uma matéria prima já beneficiada, quer dizer, já não está na mão do agricultor, porém na mão do maquinista que, também, exerce pressão sobre o pequeno produtor no sentido de adquirir a colheita por preços baixos para posteriormente negociá-los por preços altos.

Durante os anos 1940, o Brasil não possuía um Banco Central. As atribuições deste eram feitas, em parte, pela SUMOC e o Banco do Brasil. Nesse período, a imprensa, juntamente com legisladores, iniciou uma campanha para formulação de uma nova política monetária e, consequentemente, implantação de um Banco Central. O Ministro da Fazenda na exposição com que fez acompanhar o anteprojeto de Lei Bancária remetido ao Congresso (para votação, em janeiro de 1948), reconhece, inclusive, que o

crédito rural é o mais difícil de ser manejado. Conforme Mont' Alegre (1949, p. 18), em parecer sobre o projeto de reforma bancária apresentado na Comissão de Finanças: “[...] o sr. Horácio Lafer diz, inclusive: ‘Mas a lavoura longínqua, que não conhece as cidades – tem vivido apenas o crédito pessoal, o que vale dizer, do crédito conhecido pelos comerciantes e comissários [...]’”. Analisando os relatórios da Assembleia dos Deputados Federais e Congresso Nacional verifica-se que o assunto estava na pauta dos deputados e senadores. Assim, seleciona-se o discurso de um dos senadores, o do Senador Francisco Galloti, em discurso no dia 22 de abril de 1948. O ponto substancial de seu discurso foi sem dúvida a leitura que fez de conclusões a que chegou uma publicação do Centro de Análise da Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica, acredita-se que são:

- 1) As taxas de juros bancários no Brasil são três ou quatro vezes mais elevadas do que as vigentes na maioria dos países;
- 2) A taxa de desconto do Banco do Brasil figura entre as mais elevadas dos bancos centrais ou estabelecimentos similares do mundo inteiro;
- 3) No Brasil, as taxas de juros e descontos para empréstimos comerciais a prazo curto são quase tão elevadas e, às vezes, mais elevadas mesmo, do que as vigentes no mercado de capitais para os empréstimos a longo prazo;
- 4) A diferença entre as taxas para depósitos e empréstimos é, em média, de 4 a 5%;
- 5) O nível das taxas de juros é caracterizado por uma grande estabilidade; independente das flutuações da conjuntura. O preço do dinheiro no Brasil é, portanto, pouco elástico (Revista Bancária Brasileira, 1948, n.p.).

Ao analisar este estudo sobre a taxa de juros, elaborado pelo Centro de Análise da Fundação Getúlio Vargas e publicado no Boletim Conjuntura Econômica (1948), nota-se que os analistas

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

dividiram os estabelecimentos bancários quanto à sua situação econômica em 3 categorias: 1) O Bancos Maiores, em número aproximado de 30, que operam com taxas inferiores ao máximo legal (12%), variando entre 8% e 10%; 2) O Bancos de Tipo Médio, cujas taxas de descontos variam entre 10% e 12%; 3) Os Pequenos Bancos (inclusive Casas Bancárias), que operam à taxa legal, cobrando, no entanto, às vezes, sob vários pretextos (comissões, despesas de expediente etc.), uma importância adicional que redundava, em última análise, na majoração da taxa de juros e descontos.

Os sitiantes pioneiros pobres criticavam os métodos utilizados pelo Banco do Brasil na concessão de empréstimos. Esse Banco preferia emprestar para os grandes fazendeiros e intermediários. A Região de Marília, por ter sido uma grande produtora de café e algodão em pequenas propriedades, encontrava essas condições da política de crédito.

Conforme Monbeig (1998, p. 224-225), quando o Banco do Brasil emprestava para os pequenos sitiantes, os custos dessa operação eram caros, da ordem de 12%, ou 1% ao mês, além do que os pequenos sitiantes deveriam apresentar uma série de documentos oficiais, tais como: título de propriedade; previsão de colheitas; além de outros inconvenientes que sempre lhe custavam tempo e muito dinheiro. Desse modo, os pequenos sitiantes preferiam emprestar dinheiro dos bancos locais, bem como, dos comerciantes de café, de algodão e de arroz, uma vez que estes exigiam menos documentos para fechar os contratos. Entretanto, essa aparente facilidade e economia tinha um preço muito alto para o pequeno proprietário, pois tornava-se refém dos comerciantes que lhe concediam empréstimos. Portanto, essa política de crédito

representou por um lado, um meio de financiamento; por outro, pagamento de juros altos e comissões.

Com relação aos bancos, essa política de crédito tornou-se muito lucrativa, principalmente para esses pequenos bancos e intermediadores, pois foram eles que realizaram a maior parte da intermediação. Neste sentido, analisando o estudo estatístico de Castro (1981), sobre relações indicativas de lucratividade dos 20 maiores bancos nos anos de 1946, 1955, 1965 e 1975, observa-se que no item lucro líquido/recursos próprios o Bradesco em todos os anos apresentava índices superiores à média dos outros bancos. Respectivamente, enquanto as médias foram de 0.07, 0.08, 0.12, e 0.18, o Bradesco atingiu os índices de 0.12, 0.14, 0.26, 0.29.

Esses índices apontam uma importante diferenciação do Bradesco com relação aos outros bancos. Um dos elementos que podem contribuir para essa diferenciação talvez seja o fato de o Bradesco ter sido um Pequeno Banco e, conseqüentemente, cobrava juros mais altos na carteira de crédito agrícola.

Difusão regional do Bradesco na franja pioneira paulista e paranaense

Demonstra-se o início da centralização do capital bancário e da difusão da rede de agências do Bradesco numa escala local-regional, ou seja, pela franja pioneira paulista e paranaense. No momento da fundação do Bradesco, o Sistema Bancário brasileiro era composto de muitos pequenos bancos com atuação local-regional, possuindo um pequeno número de agências.

Conforme dados do Ministério da Fazenda (1947), o Sistema Bancário brasileiro, no ano de 1944 era constituído por

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

2.459 estabelecimentos bancários, dividido em 663 matrizes e 1.796 agências em todo o Brasil. Desse total, o Banco do Brasil (BB) possuía 256 agências. Assim, descontadas as agências do BB, os demais bancos possuíam uma média de 2,3 agências por matriz, o que demonstrava a “fragilidade” com que as Autoridades Monetárias viam nesses bancos. Dessa forma, justificavam que esses bancos, por serem pequenos, estavam muito mais sujeitos a quebraadeiras e, se isto acontecesse, poderia causar grandes problemas no Sistema Financeiro como um todo. Conforme a Revista Bancária Brasileira (1984), o Bradesco, em 30 de setembro de 1946, possuía 43 agências distribuídas pela região da franja pioneira paulista.

O Governo Federal a partir de 1946, através da SUMOC, entidade que antecedeu ao Banco Central, procurou apoiar a criação de um sistema bancário centralizado e forte. Por meio do Decreto-Lei nº 9229, de maio de 1946, e do Decreto-Lei nº 9604, de agosto de 1946, segundo Castro (1981, p. 98), concediam-se “[...]isenção de impostos, selos e taxas para as transformações, incorporações ou fusões de sociedades cujo fim seja a atividade bancária [...]”.

Conforme Mont’ Alegre (1949, p. 17-18), em dezembro de 1947, estavam em funcionamento no Brasil 2.227 estabelecimentos bancários, dos quais 444 matrizes e 1.783 agências. Na Região Sul, segundo divisão regional de 1942, compreendendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, existiam 1.046 estabelecimentos de crédito, dos quais 129 matrizes e 917 agências. Desse total distribuíam-se: em São Paulo, 106 matrizes e 602 agências; no Paraná, 7 matrizes e 75 agências; em Santa

Catarina, 3 matrizes e 55 agências; no Rio Grande do Sul, 13 matrizes e 185 agências. Com relação a Região Sul:

[...] é interessante chamar a atenção para o contraste que existe entre a Região Sul e as demais regiões; sendo aquela a mais desenvolvida, economicamente, de vez que é onde se acha concentrada a maior parcela da produção, tanto agrícola como a industrial, é justamente a que dispõe de uma margem mais ampla de depósitos sobre empréstimos (Mont' Alegre, 1949, p. 17).

Faz-se necessário ainda destacar, com relação à Região Sul, que o Estado de São Paulo possuía mais da metade do total das agências da região, além de ser o Estado da Federação com maior número de estabelecimentos bancários, o que vem contribuir para demonstrar a dinâmica deste Estado na economia brasileira no período de fundação do Bradesco.

Nesse contexto, o poder público passou a incentivar a centralização bancária. Conforme Ministério da Fazenda (1947) e Mont' Alegre (1949), comparando os anos de 1944 e 1947, verifica-se que passados apenas três anos, houve um processo de centralização do capital bancário e diminuição do número de matrizes bancárias do Sistema Bancário do Brasil, pois comparando os dados referentes aos anos de 1944 com os dados do ano de 1947, verifica-se que o número de matrizes diminuiu de 663 para 444 e o número de agências de 1.796 para 1.783.

No ano de 1950, além do capital e da localização das agências, as Autoridades Monetárias passaram a se preocupar, também, com a quantidade de agências de cada banco. Na Instrução nº 37 de junho de 1951, observa-se essa preocupação do governo na referência à viabilidade do número ideal de filiais

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

admissíveis na localidade. Nesta Instrução nº 37 verifica-se referência de incentivos à centralização bancária.

[...] Será dispensada toda preferência aos pedidos de fusão, incorporação ou transformação de sociedades cujo fim seja a exploração bancária, não só para permitir maior concentração de recurso como para o fortalecimento de instituições menores (Castro, 1981, p. 98).

A SUMOC, em 1956, restringiu por ano o número de concessões de cartas-patentes (instrumento que habilita uma instituição financeira a operar no mercado) e passou a manifestar uma preocupação com o crescimento desigual de agências no Rio de Janeiro e São Paulo (centro dinâmico da economia nacional) em detrimento de outras regiões menos assistidas. Conforme Castro (1981, p. 135), em 1959 tem-se restrições com relação ao índice de imobilização dos bancos, o qual “[...] não deverá ultrapassar o capital realizado mais reservas líquidas [...]”. No ano de 1961, pela primeira vez as Autoridades Monetárias cedem no sentido de facilitar a disseminação de crédito no interior do país, uma vez que resolvem:

[...] elevar de 10 para 15 o limite anual de concessões de novas dependências bancárias por estabelecimento, 10 das quais, pelo menos, só poderão ser instaladas em praças no interior do país onde seja insuficiente a assistência bancária (Mendes, 1988, p. 112).

No entanto, em 1962, novamente são reduzidas para 10 unidades as concessões para o funcionamento de agências. Nesse sentido, essas regulamentações podem ser fortes argumentos para

afirmar-se a intervenção estatal na difusão territorial da rede de agências bancárias brasileiras.

Nesse período anterior a 1964, não havia um “efetivo” controle sobre a difusão de agências dos bancos comerciais. Como apresentou-se, algumas instruções da SUMOC visavam manter o controle sobre o crescimento da rede de agências bancárias brasileiras. No entanto, constata-se que os limites máximos para a abertura de novas agências, 10 ou 15, eram tão elevados que não significava qualquer impedimento à expansão de agências.

[...] Dado o grande número de bancos comerciais - de 300 a 900 no período, o critério de número máximo por sede de estabelecimento bancário implicaria em uma expansão máxima de 3.000 a 5.500 agências por ano (Mendes, 1988, p. 112).

O Bradesco a cada ano ampliava sua rede de agências. Para verificar essa ocorrência, apropria-se de dados de Castro (1981, p. 88-91), referente à evolução do número de matriz e agências do Banco do Brasil (BB) e dos Demais Bancos Comerciais (DBC), e procura correlacioná-los com os dados do Bradesco extraídos da Revista Bancária Brasileira (1952; 1961; 1984). A Tabela 1 apresenta a evolução de matrizes e agências do Banco do Brasil, Bradesco e DBC, nos anos de 1946, 1952 e 1961, dividida em três áreas: a Região Sul, compreendendo os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; a Região Sudeste, compreende os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; e os outros estados. A seguir, apresenta-se a Tabela 1.

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

Tabela 1 – Matrizes e agências do Bradesco, Banco do Brasil e demais bancos comerciais 1946/1952/1961 (em números)

Regiões	Anos	Bradesco Agências	Banco do Brasil Agências	Demais Bancos Comerciais Agências	Total de Agências	Total de Matrizes
Sul	1946	0	43	383	426	24
	1952	17	53	632	697	21
	1961	33	101	1.003	1.137	23
Sudeste	1946	43	125	1.271	1.435	367
	1952	64	151	2.044	2.249	305
	1961	160	236	3.037	3.433	241
Outros	1946	0	99	119	218	82
	1952	1	110	166	276	78
	1961	8	135	536	679	68
Brasil	1946	43	267	1.773	2.079	473
	1952	82	314	2.842	3.222	404
	1961	201	472	4.576	5.249	332

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Castro (1981); Revista Bancária Brasileira (1952/1961); Revista Bancária Brasileira (1984).

Analisando a Tabela 1, observa-se um contraste entre o número de matrizes e o número de agências, o que confirma a centralização de bancos e a dispersão do número de agências. Das 473 matrizes existentes em 1946, só havia 404 em 1952 e 332 em 1961, ou seja, houve uma queda de 30% em 16 anos. O contrário ocorreu com as agências, em 1946 havia 2.079; em 1952, 3.222; em 1961, 5.249, ou seja, houve um aumento de 152,5% em 16 anos. Durante esses anos, também, variou a distribuição regional de

matrizes e agências. No ano de 1946, mais de 78% das matrizes e 69% das agências encontravam-se na Região Sudeste. Em 1961, essas proporções haviam decrescido respectivamente para 72% e 65%. Tradicionalmente, essa sempre foi a região mais bem servida pela rede bancária privada. No entanto, na Região Sul a variação percentual das matrizes teve um pequeno aumento, as primeiras passaram de 5% em 1946 para 7% em 1961, respectivamente, as agências passaram de 20% para 21% do total. Nos demais Estados, a variação percentual das matrizes e agências também tiveram um pequeno aumento, as matrizes passaram de 17% em 1946 para 21% em 1961; respectivamente, as agências passaram de 11% para 14% do total.

A participação do BB no total de agências reduziu-se de 12,8% em 1946 para 8,9% em 1961. Entretanto, houve um aumento da participação do Bradesco de 2,07% em 1946 para 3,82 em 1961. Na Região Sul, a participação das agências do BB passou de 10,09% em 1946 para 8,88% em 1961. Nessa região em 1946, o Bradesco não possuía nenhuma agência, mas em 1961 participava com 2,9% do total. Na Região Sudeste, o BB também teve um decréscimo em sua participação, passou de 8,7% em 1946 para 6,87% em 1961. No entanto, o Bradesco aumentou sua participação de 2,99% em 1946 para 4,66% em 1961. Nos demais Estados havia uma enorme deficiência da cobertura da rede privada, o que explica, neste caso, a relativa importância do Banco do Brasil, pois em 1946 participava com 45,4% da rede de agências. Entretanto, por um lado com as regulamentações de aberturas de novas agências nos grandes centros e, por outro, com incentivos de interiorização de agências dos bancos privados, a participação do BB em 1961 havia decrescido para 19,88%. Nessa perspectiva de interiorização o

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

Bradesco, que em 1946 não possuía nenhuma agência nesses estados, passou em 1961 a representar 1,17% do total de agências, pois havia aberto 8 agências na Região Centro-Oeste. Portanto, com relação a esta tabela 1, primeiro verifica-se que nesse período já havia uma diminuição do número de bancos (passando de 473 em 1946 para 332 em 1961), permitida pelas incorporações e fusões dos bancos menores pelos maiores. Isso resultava no processo de centralização bancária que, por sua vez, transformava os bancos de atuação local em bancos de atuação regional e, mais tarde, em bancos de atuação nacional. Segundo, observa-se que o número de agências estava aumentando (passando de 2.079 em 1946 para 5.249 em 1961), implicando no processo de dispersão territorial das agências bancárias. Em outra perspectiva, analisa-se a variação da distribuição regional de matrizes e agências. Essa dispersão estava sendo orientada para regiões menos assistidas, por um lado, havendo um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados nessas áreas e, por outro, havendo um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Durante esse primeiro período, que vai de 1943 a 1963, o Bradesco amplia sua rede em 3.833%, porém manteve sua difusão espacial numa escala local-regional, concentrada no Estado de São Paulo e na região Norte do Estado do Paraná, ou seja, na franja pioneira paulista e paranaense.

Como apontou-se, na sua fundação, em 10 de março de 1943, possuía, além da matriz em Marília, mais seis agências com uma atuação local. Conforme Balancete Museu Histórico Bradesco (1945), o Bradesco, em 1944, amplia sua rede de agências para 20 agências, instalando-se em outros centros regionais do Estado de São Paulo como: São Paulo, Araraquara, Bauru, Andradina, Lins

etc. No ano de 1945 passa a ter 39 agências, chegando a outros centros regionais como: Presidente Prudente e S. J. do Rio Preto. Nesse período, o Bradesco também teve outras mutações. Segundo a Revista Museu Histórico do Bradesco, em 01 de janeiro de 1946, transferiu sua matriz para a cidade de São Paulo, na região central, na Rua Álvares Penteado, nº 164. A região central da cidade de São Paulo, denominada como centro velho, figurava ainda nos anos 1940 como o núcleo bancário por excelência da cidade, lugar onde se concentrava a sede de diversos bancos, dentre eles o banco estrangeiro The National City Bank e o Banco do Estado de São Paulo – Banespa.

[...] Em 1946, o total de bancos e casas bancárias na cidade já ultrapassava a uma centena. (...) E em 1948, 118, dos quais 76 eram bancos e 42 casas bancárias. Enquanto o total dos bancos era de aproximadamente um terço os que possuíam matrizes na Capital, as casas bancárias estavam quase a totalidade sediadas aqui (Pegaia, 1965, p. 33).

Corrêa (1989, p. 17) afirma que esse espaço urbano seria um “[...] centro de decisão da atividade financeira [...]”, e que “[...] exerce um papel de controle maior ou menor sobre as atividades econômicas das cidades subordinadas e suas respectivas áreas de influência [...]”. Passados sete anos, o Bradesco transferiu novamente a sua matriz, agora para Osasco, um bairro no subúrbio, distante 25 km do centro de São Paulo. Nessa época, Osasco era um distrito do município de São Paulo, condição esta que permaneceu até 1962, quando se emancipou e tornou-se um município do entorno de São Paulo. Conforme a Revista Exame (1973), a Cidade de Deus, nome dado à matriz do Banco, apesar de ter sido inaugurada em 10 de março de 1953, somente ficou pronta em 1959.

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

Na perspectiva de captar mais depósitos à vista e apropriar-se dos lucros gerados pela remuneração de juros baixos, ou mesmo não remuneração desses depósitos, o Bradesco, em 1950, amplia para 66 o número de agências. Nesse ano, observa-se que sua rede de agências chegou a outros importantes centros regionais da rica e dinâmica região Sudeste: instalou-se em Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Fernandópolis. Verifica-se, também, que ampliava o número de agências em São Paulo, instalando-se em bairros industriais da capital paulista, como a Lapa e o Brás. Seus tentáculos atingiram 12 localidades do Estado do Paraná, principalmente Londrina, Região Norte do Estado, área de domínio de café. Também se instalou em Curitiba e no porto de Paranaguá. Desse modo, devido às intensas relações com a economia cafeeicultura e cotonicultura exportadora, o Bradesco estava presente nos três principais portos do país: Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro. Conforme a Revista Bancária Brasileira (1951), a distribuição das agências do Bradesco, no ano de 1950, apresentava-se com a participação de 80% das agências na Região Sudeste e 20% das agências na Região Sul, sendo que esta última porcentagem, sobretudo, representa a difusão das agências Banco no Norte do Estado do Paraná.

Na década de 50, o Bradesco difundiu sua rede de agências para além da franja pioneira paulista e paranaense; no ano de 1955, segundo a Revista Bancária Brasileira (1956), as agências estavam distribuídas respectivamente: 80% na Região Sudeste; 19% na Região Sul e; 1% na Região Centro Oeste. Assim, observa-se que o Bradesco, com abertura de 8 agências, avançou sua difusão em direção à Região Centro Oeste.

O Bradesco, em 1948, inicia seu processo de centralização bancária. Segundo *Jornal da Tarde* (1973), beneficiado pelos incentivos às incorporações e fusões, o Bradesco incorpora um pequeno banco carioca, o Banco Mobilizador de Crédito S/A, com uma agência no Rio de Janeiro (na época capital do Brasil). Nos anos 50, fez mais duas incorporações. Segundo a *Revista Bancária Brasileira* (1954), em 1954, incorporou o Banco Nacional Interamericano S/A, com 38 agências em São Paulo e sucursal no Rio de Janeiro. Segundo a *Revista Bancária Brasileira* (1958, p. 49), em novembro de 1958 a “[...] SUMOC deferiu o pedido de liquidação extrajudicial formulado pela diretoria do Banco Popular do Brasil S/A, com sede nesta capital [...]”. O Bradesco aproveitando-se dessa liquidação incorporou o Banco Popular do Brasil S/A, com matriz em São Paulo e mais 20 agências, em janeiro de 1959.

No ano de 1963, segundo a *Revista Bancária Brasileira* (1964), verifica-se que o Bradesco continuou difundido por uma escala local-regional, concentrado no Estado de São Paulo e na região Norte do Estado do Paraná, ou seja, na franja pioneira paulista e paranaense, uma vez que possuía 233 agências, distribuídas respectivamente: 79% na Região Sudeste; 17% na Região Sul e; 4% na Região Centro Oeste. Assim, verifica-se pequena diminuição da participação da Região Sudeste e Região Sul em relação ao ano de 1955 e pequeno crescimento da participação da Região Centro-Oeste.

Considerações finais

Este artigo analisou a concentração e centralização do capital do Bradesco, um pequeno banco de origem caipira e de

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

ideário disciplinar, a partir da difusão da rede de agências que passa de 6 agências em 1943 para 223 em 1963, numa escala local-regional do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná, ou seja, da franja pioneira paulista e paranaense que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade da atividade cafeeira e algodoeira, mas também do setor secundário e terciário da economia num contexto do parcelamento dos municípios e acelerada urbanização. Apresentou a hipótese que o Banco, favorecido pela política de crédito estabelecida pelas Autoridades Monetárias, difundiu sua rede de agências pelo “território do café” aproveitando-se da alta rentabilidade das transações bancárias alcançadas neste período. A política de crédito dos bancos, por um lado, representou um meio de financiamento; por outro, pagamento de juros altos e comissões por partes dos pequenos e médios clientes. Isso fez com que os bancos tivessem alta lucratividade, principalmente os pequenos bancos e intermediadores, pois foram eles que realizaram a maior parte da intermediação da frente pioneira paulista e paranaense. Na perspectiva da difusão territorial dos bancos pelo Brasil, verificou-se que os bancos se difundiram para regiões menos assistidas. Assim, identifica-se que, por um lado, houve um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados e, por outro, houve um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Referências

A História dos 50 anos. **Revista do Bradesco**, Osasco: Departamento de Marketing, 1993.

AGUIAR, A. O trabalho tudo pode. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 07 jul. 1970.

AGLIETTA, M. **Regulacion y Crisis del Capitalismo. La Experiencia de Los Estados Unidos**. México: Ed. Século XXI, 1986.

ARAUJO FILHO, J. R. de. O Café, Riqueza Paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: n. 23, jul. 1956.

Boletim Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2. ed., n. 1, ano II, jan.1948.

BRADESCO. Museu Histórico Bradesco. **Balancete**. [S.l.]: 30 abr. 1944.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Movimento Bancário do Brasil 1943-1944**. Tesouro Nacional, Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Membro do IBGE), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASTRO, H. O. P. de. **As causas econômicas da concentração bancária**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1981.

COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA. **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. [S.l.]: SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), vol. 1, n. 1, SEADE, 1988.

CORRÊA, R. L. Concentração Bancária e o Centro de Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: n. 51, abr./jun. 1989.

CORRÊA, R. L. Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985. *In*: SCARLATO, F. C. *et al.* (org.). **O Novo Mapa do Mundo – Globalização e Espaço Latino-Americano**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994, p. 163-168.

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

DEFFONTAINES, P. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. *In*. PETRONE, P. O Homem Paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, jul. 1956.

Jornal da Tarde, São Paulo: 10 jul. 1973.

DIAS, L. C. **Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil**. Paris, France: Editions L' Harmattan, 1995a.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. *In*: CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b.

LABASSE, J. **Lês Capitaux Et La Région – Essai sur le commerce et la circulation capitaux dans la région lyonnaise**. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.

LABASSE, J. **L'Espace Financie – analyse géographique**. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

LENCIONI, S. **Agricultura e Urbanização – A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar**. 1985. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LENCIONI, S. **Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – A Indústria Têxtil**. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megaregiões. O Caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. [S.L]: n. 22, ano 6, e-metropolis, set. 2015, p. 6-15.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MACHADO, A. A. A Circulação Fiduciária e o Crédito Agrícola. **Revista Bancária Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 192, 20 dez. 1948.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital. Tradução: Reginaldo Sant Anna. vol. 2, 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDES, A. L. **Concentração e Desintermediação Financeira no Brasil 1964/1986**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 1988.

MILLIET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.

MONBEIG, P. Capital e Geografia. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva, 2. ed. São Paulo: HUCITEC/POLISM, 1998.

MONT' ALEGRE, O. Crédito Especializado. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 193, 20 jan. 1949.

MONT' ALEGRE, O. Geografia do Crédito, **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 194, 20 fev. 1949.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 22, mar. 1956.

NEGRI, B. **Coleção Economia Paulista – A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**, vol. 1, n. 2, São Paulo: SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), SEADE, 1988.

O Eterno bancário. **Revista Exame**, São Paulo, abr. 1973.

OLIVEIRA, F. de **A Economia da Dependência Imperfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

PEGAIA, U. A. **A Rede Bancária da Cidade de São Paulo**. 1965. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

ROHWDDER, J. A Atual Expansão do Algodão Paulista. In: Congresso Brasileiro de Geografia, vol. 4, Rio de Janeiro: **Anais do Conselho Nacional de Geografia**, 1944, p. 425.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 185, ano 16, 20 maio 1948

Bradesco: origem caipira e a difusão local-regional na franja pioneira paulista e paranaense (1943-1963)

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1952/1961

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 260, ano 22, 20 ago. 1954.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 311, ano 27, 30 nov. 1958.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 614, ano 52, 29 fev. 1984.

Revista do Museu Histórico Bradesco, Osasco: Departamento de Marketing, 1993.

SANTOS, E. O. Ponta Grassa, Capital Regional do Oeste do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 24, out. 1956.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SEGNINI, L. **A Liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina**. São Paulo: EDUC, 1988.

SILVA, C. A. F. da. **Dinâmica Espacial do Capital Bancário – Difusão, Integração e Crise: Estudo de Caso do Banco Nacional S.A.** 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, M. da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 1975. Tese (Livre Docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

Submetido em: 14 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 23 de julho de 2024

Aprovado em: 29 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3451

Como citar:

GOMES, M. F. BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA E A DIFUSÃO LOCAL-REGIONAL NA FRANJA PIONEIRA PAULISTA E PARANAENSE (1943-1963). **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 374-422. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3451>. Acesso em: dia/mês/ano.